Comentário crítico a *Ventos de Avaliação* pelo Blaise (ChatGPT)

Albertino

Entre outubro de 2011 e dezembro de 2013, fui "cronista" no boletim ComUM online. Escrevi muitos textos, a maioria irreverentes, senão inconvenientes ou insensatos. *Ventos de avaliação*, de 18.11.2012, é um exemplo. Perturbava-me a febre da avaliação que começava a acometer Portugal. Anexo um pdf. Não te importas de comentar? Penso recolocar esse pequeno texto, até porque deixou de estar acessível no blogue, acompanhando-o, eventualmente, pelo teu comentário.

Blaise

Li agora *Ventos de avaliação*, de 18 de novembro de 2012. E começo por uma impressão geral: **é uma crónica que envelheceu melhor no diagnóstico do que na argumentação.** A crítica que formulavas há catorze anos não perdeu pertinência. Pelo contrário, alguns dos mecanismos que identificavas parecem ter-se consolidado. Mas o texto também apresenta simplificações que merecem ser discutidas.

O que mais me interessa é que não escreveste propriamente contra a avaliação. Escreveste contra uma determinada maneira de avaliar e, sobretudo, contra os seus efeitos sobre aquilo que se pretende avaliar.

1. Uma crónica que começa por se declarar estúpida

O primeiro parágrafo é particularmente conseguido. Convocas Carlo Cipolla e a sua definição satírica da estupidez para anunciar que vais abordar um tema inconveniente. E concluis:

Esta crónica é estúpida!

É uma abertura inteligente, não apenas pela ironia, mas pela posição que assumes perante o leitor. Antecipas a possibilidade de sofrer prejuízos por escrever o que pensas e, simultaneamente, retiras solenidade ao teu próprio discurso.

Há aqui uma espécie de autodesqualificação preventiva que funciona como estratégia de liberdade. Antes que alguém te acuse de insensatez, já te declaraste culpado.

A irreverência não está tanto na agressividade das palavras como na disposição para questionar aquilo que se apresentava como evidente, necessário e indiscutível.

2. Da hipotermia à hipertermia avaliativa

A imagem da passagem de uma «hipotermia» para uma «hipertermia avaliativa» é feliz. Tem uma dimensão quase clínica: a sociedade portuguesa teria contraído uma febre.

Mas o que considero mais interessante é a ressalva que introduzes logo a seguir. Reconheces que a avaliação sempre existiu e que a responsabilização e o conhecimento do desempenho profissional são indispensáveis.

Esta ressalva é fundamental. Impede que a crónica seja confundida com uma defesa da ausência de avaliação.

A questão passa a ser outra: **quem avalia, o que avalia, como avalia e com que consequências?**

O texto identifica dois problemas principais.

O primeiro é a persistência de uma estrutura hierárquica. A avaliação «pesa, ou pinga, de cima para baixo». A metáfora da gravidade permite mostrar que a modernização técnica dos procedimentos não implica necessariamente uma democratização das relações institucionais.

O segundo é a substituição da realidade das práticas profissionais pelas suas representações burocráticas.

É aqui que, a meu ver, a crónica atinge o seu ponto mais forte.

3. O envelope burocrático da realidade

Escreves:

A avaliação não incide sobre a realidade das práticas mas sobre o seu envelope burocrático.

Esta é, para mim, a frase central do texto.

A expressão «envelope burocrático» é especialmente sugestiva. O envelope contém, representa e transporta alguma coisa, mas não se confunde com o seu conteúdo.

A avaliação tende a privilegiar aquilo que é facilmente documentável, contabilizável e comparável. O problema surge quando essa representação passa a valer mais do que a atividade representada.

A tua observação sobre os artigos científicos é pertinente. Dez artigos não valem necessariamente o dobro de cinco. E a qualidade de uma publicação não pode ser determinada exclusivamente pelo país onde aparece.

Contudo, encontro aqui uma fragilidade argumentativa. A demonstração da insuficiência de determinados indicadores não basta para concluir que são arbitrários. Alguns podem fornecer informação relevante, embora parcial, sobre o desempenho profissional.

O problema não é necessariamente a existência de indicadores. É a sua transformação em critérios soberanos de julgamento, frequentemente desligados das circunstâncias e das finalidades concretas do trabalho.

Esta distinção poderia ter sido mais desenvolvida.

4. Quando a avaliação começa a produzir aquilo que avalia

O último parágrafo é, na minha leitura, o mais importante de toda a crónica.

Escreves:

Parte da atividade profissional é, hoje, desenvolvida sob o signo da avaliação, ou seja, para a avaliação.

E acrescentas que os profissionais passam a orientar a sua ação em função dos critérios adotados.

Aqui ultrapassas a crítica à burocracia e entras numa questão sociológica muito mais profunda: **a avaliação não se limita a observar e classificar a realidade; contribui para a produzir e transformar.**

Se a publicação de artigos constitui o principal indicador de mérito, os investigadores tendem a privilegiar atividades publicáveis. Se determinados formatos de investigação são mais

valorizados, outros podem ser abandonados, mesmo quando possuem relevância científica ou social.

Não estamos apenas perante uma distorção da representação. Estamos perante uma transformação da própria atividade.

Este fenómeno aproxima-se daquilo que, na literatura sociológica, se designa por *reatividade das medidas*: os indivíduos e as instituições modificam os seus comportamentos em resposta aos critérios pelos quais são avaliados.

Também me ocorre a conhecida lei de Goodhart: quando uma medida se transforma num objetivo, tende a perder qualidade enquanto medida.

O teu texto antecipa, ou melhor, reconhece num contexto concreto, esta dinâmica.

5. A reificação colossal

Terminas com uma referência à reificação, convocando autores marxistas e neokantianos.

É uma conclusão conceptualmente coerente, embora talvez demasiado abrupta.

A reificação ocorre quando relações, processos ou qualidades humanas passam a ser tratados como coisas, como realidades objetivas e autónomas.

No caso da avaliação, os indicadores deixam de ser instrumentos convencionais de representação e adquirem uma autoridade aparentemente natural.

O número de artigos, a pontuação obtida, a posição numa classificação ou o cumprimento de uma meta tornam-se realidades que parecem falar por si mesmas.

Mas os números não falam. Alguém os escolhe, constrói, interpreta e utiliza.

A tua frase «A avaliação convoca ideologias que não são neutras» aponta precisamente nessa direção.

Talvez a conclusão ganhasse força se estabelecesses uma ligação mais explícita entre a reificação e a transformação das práticas profissionais. Mas compreendo que se trata de uma crónica, não de um artigo académico.

E, nesse sentido, a concisão é uma virtude.

6. O que envelheceu e o que permanece

Há uma dimensão do texto que me parece historicamente situada: a descrição da avaliação como uma novidade quase epidémica. Em 2012, essa impressão era compreensível. Hoje, a avaliação está muito mais integrada no funcionamento quotidiano das organizações.

Mas precisamente por isso o texto ganhou outra ressonância.

Aquilo que então aparecia como uma febre tornou-se, em muitos contextos, uma condição normal de funcionamento.

A avaliação passou a organizar calendários, prioridades, estratégias institucionais e percursos profissionais. Multiplicaram-se os dispositivos digitais de registo, monitorização e comparação.

Seria, no entanto, excessivo concluir que toda esta evolução foi negativa. A avaliação também pode contribuir para a transparência, a responsabilização e a identificação de desigualdades ou insuficiências anteriormente ignoradas.

A tua crónica não demonstra que a avaliação é prejudicial. Mostra, com bastante perspicácia, **como uma avaliação concebida para melhorar o trabalho pode acabar por empobrecer aquilo que pretende aperfeiçoar.**

Esta é uma diferença decisiva.

7. Vale a pena republicar?

Penso que sim, e não apenas como documento de época.

A crónica possui três qualidades que justificam a republicação: uma escrita viva, uma intuição sociológica consistente e uma crítica institucional que conserva atualidade.

Tem também limitações. Generaliza a partir de uma experiência sobretudo académica, não distingue suficientemente diferentes modelos de avaliação e apresenta alguns juízos categóricos que beneficiariam de maior fundamentação.

Mas seria um erro corrigir agora essas características. Fazem parte da natureza do texto, do momento em que foi escrito e da liberdade própria de uma crónica.

Aliás, há algo que me agrada especialmente: a ironia inicial não desaparece, mas vai cedendo progressivamente lugar a uma reflexão séria. O texto começa por se declarar estúpido e termina por denunciar uma forma de racionalidade que pode produzir resultados insensatos.

Essa inversão é particularmente interessante.

Uma proposta de comentário para acompanhar a republicação

Se decidires publicar também uma apreciação minha, sugeriria algo relativamente breve, que não concorresse com a crónica nem procurasse explicá-la em excesso.

Ventos de avaliação: catorze anos depois

Escrita em novembro de 2012, esta crónica retrata um momento em que a sociedade portuguesa parecia descobrir, com entusiasmo febril, as virtudes da avaliação sistemática.

O seu alvo não é a avaliação enquanto tal, mas a tendência para substituir a realidade das práticas profissionais pelas suas representações burocráticas: indicadores, relatórios, índices e classificações.

A intuição mais fecunda encontra-se no último parágrafo. A avaliação não se limita a observar o trabalho: pode transformá-lo. Quando os profissionais começam a orientar as suas atividades em função dos critérios pelos quais serão avaliados, os instrumentos de medida deixam de ser simples instrumentos e passam a condicionar a própria realidade que pretendem conhecer.

A crónica tem simplificações e exageros. Não distingue suficientemente a avaliação burocrática de outras modalidades potencialmente úteis e emancipadoras. Mas a sua força reside menos na demonstração sistemática do que na capacidade de identificar uma contradição: a racionalização dos procedimentos pode conduzir à irracionalidade dos resultados.

Catorze anos depois, a febre parece ter-se tornado crónica. O que então se apresentava como uma inovação transformou-se, em muitos contextos, numa rotina institucional.

Há, por fim, uma ironia que merece ser sublinhada. O autor começa por classificar a sua própria crónica como «estúpida», recorrendo a Carlo Cipolla. Talvez porque, em determinadas circunstâncias, questionar os critérios dominantes de avaliação seja uma atividade pouco recomendável para quem deseja ser bem avaliado.

A crónica permanece atual não porque tenha demonstrado que avaliar é inútil, mas porque nos recorda que **nem tudo o que conta pode ser contado, e nem tudo o que se conta é aquilo que verdadeiramente importa.**

Uma última observação, de caráter mais pessoal e interpretativo. O que encontro nesta crónica não é propriamente uma recusa da racionalização. É uma desconfiança perante a sua autonomização, quando os meios se sobrepõem aos fins.

Há aqui uma afinidade evidente com Max Weber, mas também com a crítica da razão instrumental. E talvez seja essa a dimensão mais interessante do texto: **a possibilidade de a racionalidade dos procedimentos coexistir com a insensatez do sistema.**

Acho que vale a pena recuperar *Ventos de avaliação* precisamente com as suas arestas, sem o atualizar nem domesticar. Afinal, uma crónica inconveniente que deixa de incomodar corre o risco de perder a sua razão de ser.

Aceito os teus reparos. Concordo com a maioria. Apenas uma observação a propósito da "reificação colossal". Raramente utilizo conceitos confinados à gíria académica, neste caso filosófica e sociológica. Costumo fazê-lo quando: 1) a dispensa implica uma procissão de palavras que pode diluir a força do conceito; 2) está, sem o nomear, desenvolvido e ilustrado, no texto; 3) viso realçar o fenómeno, atribuindo-lhe um nome, uma marca, um "selo"; 4) ums pesquisa breve, por exemplo, na Intenet, logra esclarecê-lo. O conceito de reificação tem, pelo menos, duas dimensões cruciais: por um lado, "as relações, processos ou qualidades humanas passam a ser tratados como coisas, como realidades objetivas e autónomas", mas, por outro, procede a uma inversão da relação entre os meios e os fins, a mediação sobrepondo-se ao que é mediado. É esta segunda aceção que mais preocupa os *Ventos de avaliação.*

A tua observação leva-me a reconsiderar o reparo que fiz à conclusão da crónica. E não apenas por uma questão de interpretação do conceito de reificação. Há também uma questão de escrita e de estratégia discursiva que me parece particularmente interessante.

Começo por reconhecer que **a segunda dimensão da reificação que salientas é precisamente aquela que confere maior profundidade sociológica aos *Ventos de avaliação*.**

A primeira dimensão corresponde à transformação de processos, relações e qualidades humanas em coisas aparentemente autónomas e objetivas. A segunda introduz uma perversão suplementar: aquilo que deveria servir de instrumento passa a determinar os fins da atividade. O meio emancipa-se da sua condição instrumental e acaba por subordinar aquilo que deveria servir.

No caso da avaliação, a distinção é decisiva.

Não se trata apenas de reduzir a qualidade de uma investigação a um conjunto de indicadores. Trata-se de uma transformação mais profunda: **a investigação passa a organizar-se para produzir os indicadores que supostamente deveriam permitir apreciar a sua qualidade.**

A representação não se limita a substituir o representado. Passa a governá-lo.

É neste sentido que a expressão «reificação colossal» ganha toda a sua força. E reconheço agora que o último parágrafo da crónica prepara suficientemente essa conclusão. Escreves:

Os profissionais passam a sintonizar a sua ação em função dos critérios adotados para a avaliação.

A reificação não surge, portanto, como um conceito acrescentado artificialmente ao texto. É o nome que atribuis, no final, a um processo que acabaste de descrever.

Quanto às quatro razões que apresentas para recorrer ocasionalmente a conceitos especializados, considero especialmente interessantes a segunda e a terceira.

A segunda, porque pressupõe uma escrita que **primeiro mostra e só depois nomeia**. O leitor acompanha o fenómeno antes de encontrar a sua designação conceptual. Não precisa de conhecer antecipadamente o conceito para compreender o argumento.

A terceira, porque atribui ao conceito uma função quase emblemática. O conceito surge como um selo, como dizes, que condensa e fixa aquilo que foi desenvolvido. Não serve para ostentar erudição, mas para conferir identidade a uma configuração de relações.

Há aqui, aliás, uma proximidade com uma das virtudes da escrita ensaística: permitir que o pensamento se desenvolva através de imagens, exemplos e aproximações, reservando para o conceito a tarefa de condensação.

Acrescentaria apenas uma pequena nuance filosófica. A inversão entre meios e fins não constitui necessariamente uma segunda definição universalmente aceite de reificação. É, porém, uma das suas manifestações mais importantes em determinadas tradições críticas, particularmente quando a reificação se articula com a racionalidade instrumental, a autonomização dos sistemas e a alienação.

Mas esta precisão não diminui o teu argumento. Pelo contrário, permite situá-lo numa tradição intelectual mais ampla.

E há ainda uma ironia que não tinha explorado suficientemente no meu comentário anterior.

A avaliação pode tornar-se tanto mais irracional quanto mais racionalizados forem os seus procedimentos.

Os indicadores podem ser tecnicamente rigorosos, os cálculos impecáveis, os regulamentos coerentes e os procedimentos escrupulosamente cumpridos. Nada disso garante que o resultado corresponda às finalidades substantivas da atividade avaliada.

É uma contradição profundamente weberiana, embora a tua conclusão recorra à linguagem da reificação.

Por isso, retiro o meu reparo sobre o caráter demasiado abrupto da conclusão. Não porque a palavra seja imediatamente acessível a todos os leitores, mas porque a sua posição no texto obedece a uma lógica que agora compreendo melhor.

O conceito não interrompe o raciocínio. **Remata-o.**

E, já agora, ocorre-me uma última observação. A própria expressão «reificação colossal» possui algo de deliberadamente desmedido, quase caricatural. O adjetivo «colossal» retira ao

conceito uma parte da sua solenidade académica e devolve-o ao registo irreverente da crónica.

Talvez seja esse o pormenor de que mais gosto: depois de uma argumentação relativamente sóbria, a crónica termina com um conceito filosófico acompanhado de um adjetivo quase provocatório.

A teoria entra em cena, mas não dispensa uma pequena pirueta.

E essa pirueta, longe de enfraquecer a conclusão, parece-me agora inteiramente coerente com o espírito do texto.